

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.358 - RJ (2018/0342955-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
PROCURADORES : FRANCISCO AUGUSTO RIBEIRO DE LIMA - DF016157
CARLO ANDRÉ DE MELLO QUEIROZ - AL006047
CRISTIANA LOPES PADILHA
AGRAVADO : GRUPO EMPRESARIAL SOPOSTOS LRDA
AGRAVADO : ROBERTO TRINDADE ROJÃO
AGRAVADO : POSTO DE GASOLINA SAO JOSE DA ILHA LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSULTA À RECEITA FEDERAL. INFORMAÇÕES SIGILOSAS. ESGOTAMENTO DOS MEIOS PARA LOCALIZAR OS BENS DO DEVEDOR NÃO COMPROVADO. RECURSO IMPROVIDO.

1 - Trata-se de agravo de instrumento interposto objetivando a reforma da decisão que indeferiu requerimento de quebra de sigilo fiscal através do sistema INFOJUD.

2 - A interferência do Poder Judiciário quanto à realização de diligência que compete ao agravante somente é cabível em casos excepcionais, em face do caráter sigiloso de tais dados.

3 - O credor nada comprovou sobre seus esforços no sentido de buscar informações sobre bens penhoráveis em nome do devedor.

4 - Em casos como o presente, não existe interesse da Justiça que justifique a quebra do sigilo fiscal, que, via de regra, deve ser resguardado.

5 - O agravante não está impedido de, através de outros meios, buscar informações sobre o patrimônio da parte agravada, não podendo é transferir esse ônus para o Poder Judiciário sem demonstrar ter esgotado todos os meios à sua disposição para encontrar bens passíveis de penhora.

6 - Agravo de instrumento conhecido e improvido" (fl. 25e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 774, 797, 805 e 835, I, do CPC/2015 e 198,

parágrafo único, do CTN, sob os seguintes fundamentos:

"Nos termos do acórdão recorrido, em consonância com a decisão do relator, é afirmado que é necessário que o devedor esgote todos os meios para fins de localização de bens do devedor antes de ser possível a utilização do sistema INFOJUD.

Ou seja, entende o acórdão recorrido que é necessário para o acesso ao sistema do INFOJUD, além de pedidos de BACENJUD e RENAJUD, diligências outras extrajudiciais, sem atentar para o fato de que tal procedimento permite a agilidade na identificação de bens dos devedores, bem como elimina o trânsito de papéis; e, o mais importante, aumenta a efetividade das execuções, com a satisfação do crédito num prazo muito mais razoável.

Ora, a execução fiscal é realizada no interesse do credor, conforme preceitua o art. 797 do CPC/15, e, ademais, há interesse da justiça na utilização do referido sistema, na medida em que há efetivo risco de que o valor do crédito não seja satisfeito, haja vista que, apesar de devidamente intimado, o exequente deixou de quitar a dívida e oferecer bens em garantia do juízo, e, ainda, foi infrutífera a diligência via BACENJUD, o que significa dizer há efetiva possibilidade de o Judiciário não prestar a tutela jurisdicional pretendida pelo exequente/credor.

Diante disso, é inequívoco que a utilização do sistema INFOJUD visa atender inexoravelmente o interesse da Justiça.

De fato, o moderno direito processual vem aperfeiçoando o processo (ou fase) de execução, de forma a que o direito estabelecido no título executivo seja concretizado, dando efetividade à prestação jurisdicional.

A Lei n. 11.382/2006, cuja redação restou mantida pelo novo CPC, alterou o entendimento de que seria necessário que o credor esgotasse todos os meios disponíveis para localização de bens do devedor para se deferir a penhora de dinheiro depositado em instituição financeira, através do sistema BACENJUD.

(...)

Assim, esperar pelo esaurimento dos meios extrajudiciais para a localização de bens do devedor atenta contra o comando constitucional que zela pela celeridade do processo. Deve-se adotar posicionamento semelhante ao que foi acima utilizado para o deferimento de realização da penhora via sistema BACENJUD, devendo-se deferir a utilização do sistema INFOJUD, após utilizado outros meios para localização de bens do devedor.

De fato, nos termos do acórdão recorrido, seria o caso de o exequente realizar a busca de bens por meio de diligências extraoficiais, tal como em cartórios.

Dessa forma, mostra-se totalmente equivocado tal posicionamento,

na medida alonga a duração do processo, com a utilização de diligências, por vezes, dispendiosas e pouco frutíferas" (fls. 64/72e).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 125e).

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 131/134e), foi interposto o presente Agravo (fls. 139/146e).

Não foi apresentada contraminuta (fl. 149e).

A irresignação merece acolhimento.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"2. Como relatado, trata-se de agravo de instrumento interposto objetivando a reforma da decisão que indeferiu o requerimento de quebra de sigilo fiscal, através do sistema INFOJUD.

3. A decisão não merece reforma. A interferência do Poder Judiciário quanto à realização de diligência que compete ao agravante somente é cabível em casos excepcionais, em face do caráter sigiloso de tais dados. Além do mais, cabe ao agravante esgotar, por sua própria conta e comprovadamente, todos os meios a seu cargo para a localização dos bens do devedor. Uma vez sendo infrutíferas todas as diligências despendidas, legítima seria sua pretensão, pois teria amparo legal no artigo 198, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, que autoriza as autoridades judiciárias a requererem informações junto a Órgão Público, especialmente à Secretaria da Receita Federal.

4. Todavia, este não é o caso dos autos. O agravante nada comprovou sobre seus esforços no sentido de buscar informações sobre bens penhoráveis em nome do devedor. Como se sabe, é indispensável que a parte credora, antes de postular o uso do INFOJUD, demonstre que tentou encontrar algum bem penhorável, podendo, por exemplo, apresentar certidões de cartórios de registro de imóveis.

5. Como se vê, a parte credora não se desincumbiu de seu ônus processual, não demonstrou que realizou as diligências possíveis e disponíveis à sua disposição, sendo certo que, em casos como o presente, não existe interesse da Justiça que justifique a quebra do sigilo fiscal, que, via de regra, deve ser resguardado" (fl. 23e).

Do exposto, constata-se que o acórdão recorrido está em dissonância do entendimento desta Corte, firmado no sentido de que o bloqueio eletrônico, utilizado através dos Sistemas BACENJUD, RENAJUD ou INFOJUD, prescinde do esgotamento das diligências em busca de outros bens penhoráveis.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONSULTA AO SISTEMA INFOJUD. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DAS DILIGÊNCIAS A FIM DE LOCALIZAR BENS DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. A parte recorrente sustenta que o art. 535, II, do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. A instância de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não emitiu juízo de valor sobre o art. 620 do CPC/1973 (princípio da menor onerosidade) e 185-A do CTN (cabimento da indisponibilidade dos bens).

3. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. O acórdão recorrido consignou: "A questão centra-se na insatisfação das agravantes ante a decisão monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento, mantendo a decisão agravada que deferiu a penhora "on line" pelo sistema BACEN-JUD. (...) Quanto ao bloqueio dos depósitos bancários, não restou comprovado a natureza salarial dos valores bloqueados, sendo certo que a matéria não comporta mais discussão, pois em Recurso Repetitivo (STJ REsp 1, 112.943-MA, Rei, Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010), ficou sedimentado o entendimento da possibilidade da penhora "online" pelo sistema BACENJUD, sem a necessidade prévio exaurimento na busca de outros bens do executado, colacionando para tanto, julgados que perfilham este entendimento. "(fl. 614, e-STJ)

5. O Tribunal a quo está em consonância com o Superior Tribunal de Justiça que em precedente submetido ao rito do art. 543-C firmou entendimento segundo o qual é desnecessário o esgotamento das diligências na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on-line (sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD), em execução civil ou execução fiscal. (AgInt no REsp 1.184.039/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/4/2017).

6. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.724.422/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SISTEMAS BACEN-JUD, RENAJUD OU INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a utilização dos sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD não estaria condicionada ao esgotamento de diligências.

2. Sendo assim, o Tribunal a quo, ao concluir pelo esgotamento de diligências para a utilização do sistema INFOJUD, decidiu em confronto com a jurisprudência desta Corte. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.322.436, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe 17/8/2015; REsp 1.522.644, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 1º/7/2015; AgRg no REsp 1.522.840; Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 10/6/2015; REsp 1.522.678, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 18/5/2015.

3. Recurso especial a que se dá provimento" (STJ, REsp 1.703.669/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE.

I - O STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados.

II - Atualmente, a questão se encontra pacificada, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/04/2017).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c do RISTJ, **conheço** do Agravo para **dar provimento** ao Recurso Especial, a fim de reformar o acórdão recorrido e, por conseguinte, autorizar a utilização do sistema INFOJUD, nos termos da fundamentação.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

